

# Definição de limites do Coaf ampliará segurança jurídica, afirma ministro

08/06/2026

Ainda é preciso ter clareza, em termos de interpretação constitucional, sobre o que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) pode ou não fazer e o que configura perseguição e *fishing expedition*.

Foi o que apontou o ministro **Paulo Sérgio Domingues**, do Superior Tribunal de Justiça, na mesa-redonda promovida pela FGV Justiça no último mês para debater o tema “Requisição de RIF pela autoridade policial sem autorização judicial”.

O magistrado não se limitou a falar sobre o Coaf e discorreu sobre a falta de limites para órgãos policiais e de investigação no geral. Também lembrou que o juiz das garantias foi um instrumento criado para tentar limitar a arbitrariedade desses órgãos, mas indagou quais garantias precisam ser submetidas ao Judiciário e quais não são tão fundamentais assim.

Outro ponto abordado por Domingues foi o papel múltiplo do Ministério Público, que envolve investigação e ainda controle externo da atividade policial. Para ele, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso precisam criar regras mais claras sobre as diferentes funções do MP, para evitar que cada tipo de ação penal seja tratada com uma interpretação diferente.

**Clique [aqui](#) para ver a palestra ou assista abaixo:**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-jun-08/definicao-de-limites-do-coaf-ampliara-seguranca-juridica-afirma-ministro/>

